



161ª Sessão Ordinária Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Informações Preliminares

26 de Fevereiro do ano de 2019

161ª Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Caráter Ordinário

Auditório Central da Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, 6.100, Trindade, Florianópolis, SC - 88036-700

Conselheiros Presentes

Presidente

1. Carlos Alberto Justo da Silva, Secretário Municipal de Saúde.

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

2. Karin Gomes Paz, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região
Marino Tessari, Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina (Suplente)
3. Elisa Rita Ferreira de Andrade, Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina 12ª Região
Deise Maria Pacheco Gomes, Conselho Regional de Nutricionistas 10ª Região (Suplente)
4. Donavan Bacilieri Soares, Sindicato dos Odontologistas no Estado de Santa Catarina
5. Marcos Revillion de Oliveira, Associação Catarinense de Medicina de Família e Comunidade
6. Valeska Maddalozzo Pivato, Academia Catarinense de Odontologia

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde no Serviço Público

7. Wallace Fernando Cordeiro, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde em Florianópolis;
8. João Paulo Silvano Silvestre, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal de Santa Catarina;

Instituições públicas ou privadas de ensino superior que atuem na área da saúde pública com sede em Florianópolis

9. Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina;

Entidades Populares

10. Marcos César Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias,
Albertina da Silva de Souza, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Suplente)
11. Irmã Manuela Paso Martins, Instituto Arco-Íris
12. Janaina Conceição Deitos, Federação Catarinense de Mulheres
13. Leonardo Moura da Silva, União de Negros e Negras pela Igualdade de Santa Catarina (Suplente)
14. Leonilda Delourdes Gonçalves, Pastoral da Pessoa Idosa – Arquidiocese Florianópolis
15. Roseane Lucia Panini, Associação de Moradores do Campeche

Conselhos Distritais de Saúde

16. Carmen Mary de Souza Souto, Conselho Distrital de Saúde Centro

- Sulimar Vargas Alves, Conselho Distrital de Saúde Centro (Suplente)
17. Adélio José da Costa, Conselho Distrital de Saúde Norte
Lísia Maria Barth Lavalhos, Conselho Distrital de Saúde Norte (Suplente)

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

18. Edson Alves de Oliveira, CUT/SC

Entidades Não Governamentais que atuam no atendimento a pessoas com patologias crônicas e pessoas com deficiência

19. Maria Conceição dos Santos, Associação Brasileira de Portadores de Câncer

Entidade de Aposentados e Pensionistas

20. Maria Helena Possa Feitosa, Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil em Santa Catarina
Francisco Teixeira Nobre, Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil em Santa Catarina (Suplente)

Governo Municipal

21. Daniela Baumgart de Liz Caldeiron, Secretária Municipal de Saúde (Suplente)
22. Luciana de Bastos e Silva, Secretária Municipal de Assistência Social
23. João Henrique de S. Q. Pereira, Secretária Municipal de Infraestrutura

Faltas justificadas

Entidades Populares

24. Aparecida Eli Coelho- CONFIA

Entidades Ausentes

Prestadores de Serviço

25. Associação de Hospitais do Estado de Santa Catarina
26. Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas, patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia do Estado de Santa Catarina

Conselhos Distritais de Saúde

27. Conselho Distrital de Saúde Continente
28. Conselho Distrital de Saúde Sul

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

29. Estrela Guia - Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais

Entidades Não Governamentais que atuam no atendimento a pessoas com patologias crônicas e pessoas com deficiência

30. Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS de Florianópolis
Governo Municipal
31. Secretária Municipal de Educação

Governo Estadual

32. Secretária de Estado da Saúde de Santa Catarina

Participantes e Convidados

1. Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS;
2. Silvia Eloisa Grando Águila, Socióloga, Secretária Executiva do CMS;
3. Werner Franco, Técnico Administrativo, Secretária Executiva do CMS;
4. Amanda Rafaella Athayde da Rosa, Estagiária Serviço Social na Secretária Executiva do CMS;
5. Matheus Pacheco Andrade, Gerente de Integração Assistencial;
6. Mara Dutra;

7. Jessica Ribeiro;
8. Alessandra Lima;
9. Luciana de Bastos e Silva;
10. Valter Euclides das Chapas;
11. Luiza Pires;
12. Rosana Goulart;
13. Rosimeri Goulart;
14. Silvana Santos;
15. Mikaela Lobo de Matos;
16. Vanusa Lopes;
17. Danielle da Silva;
18. Sabrina Leite de Oliveira;
19. André Grippa;
20. Evelyn Cremonese;
21. Sandra Regina da Costa;
22. Bonifácio Clemente;
23. Léa Maria Vieira; e
24. Luciano Fernando Elias.

Desenvolvimento dos Trabalhos

Pauta

1. Aprovação da ata de nº 160;
2. Saúde Mental (CAPS II e CAPS III);
3. Informes e entrega documentos Conselhos Distritais;
4. Apresentação da Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2018;
5. Relato da Visita ao Almoarifado; *(não apreciado)*
6. Situação da Dengue no Município; *(não apreciado)*
7. Informes da 10ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis; *(não apreciado)*
8. Informes gerais; *(não apreciado)*
9. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Reunião de nº 162, de 26 de Março de 2019.

Desenvolvimento dos Trabalhos

1º Ponto de Pauta | **Aprovação da Ata nº 160**

1.1. Carlos Alberto Justo da Silva

O presidente do Conselho abre a Plenária e submete a votação a Ata nº160, que é aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes.

1.2. Marcos César Pinar

Vice Presidente do Conselho solicita inversão da Pauta para adiantar o tema Saúde Mental, seguido do item da Conferência, e retomando então a ordem da pauta. Submetida à votação, a proposta de inversão de pauta foi aprovada por todos.

2º Ponto de Pauta | **Saúde Mental (CAPS II e CAPS III)**

2.1. Carlos Alberto Justo da Silva

Após visita juntamente com o Ministério de Saúde na sede que irá substituir o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Ponta do Coral, foi feita a proposta de um Termo de Ajuste de Conduta, no qual ficou acordado um compromisso da Administração de fazer a reforma do CAPS Ponta do Coral, com prazo de 18 meses, podendo se estender mais 6 (seis) meses caso haja necessidade. Já foi providenciada a limpeza do local no Continente, será preparado o terreno para manter a horta comunitária e também preparação de uma área para brechó.

Existem apenas dois problemas na questão Ponta do Coral: a primeira é que o prédio é do Estado e foi feita a solicitação de um Termo de Cessão de Uso do prédio por 20 anos, e antes de iniciar qualquer reforma é preciso receber essa resposta. No momento todos os envolvidos aguardam a assinatura do Termo. O segundo ponto é que foi comentado que haveria interesse do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em fazer o tombamento do imóvel, o que causaria grande dificuldade para a continuidade da reforma retardando todo o processo. Outro ponto importante é que esta área sofre com inundação e infiltração quando sobe a maré. A decisão política do Prefeito é de retomar a Ponta do Coral como local para o CAPS II.

2.2. Marcos César Pinar

Propõe que o Conselho juntamente com a Secretaria e com representantes dos usuários dos CAPS procurem o Secretário Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Saúde ou até mesmo o Governador para ver qual a posição referente a essa questão. Propõe deixar encaminhada uma visita ao Governador ou Secretário.

2.3. Carlos Alberto Justo da Silva

O Prefeito disponibilizou-se a fazer uma visita ao Secretário de Administração do Estado para solicitar a renovação da cessão do imóvel. Como o Dr. Paraná já tem uma agenda marcada com o Secretário do Estado, vai levar pessoalmente o documento solicitando a cessão e pedindo as providências necessárias para efetivar esse acordo.

2.4. Wallace Fernando Cordeiro

Seria mais fácil arrumar um imóvel novo e fazer um prédio novo, pois se depender dessa renovação do acordo para fazer uma reforma não sai em menos de 3 (três) anos. Este assunto precisa ser melhor debatido na sua visão.

2.5. Matheus Pacheco Andrade

Caso seja de interesse dos usuários e servidores fazer uma Comissão e discutir com algum membro legislativo, a equipe de Gerencia de Integração Assistencial e Departamento de Atenção Psicossocial estão disponíveis para dar suporte. Outra preocupação existente é com os custos da reforma de um prédio tombado que geralmente é maior do que uma construção normal. Porém, não se deve em hipótese alguma desconsiderar a opinião, vontade e posicionamento dos usuários em relação a isso.

2.6. Marcos César Pinar

Encaminhamento: Deixar para a Comissão de Saúde Mental cuidar dos processos que estão acontecendo e o que necessitar de mobilização procurar o Conselho para que possa ser feita esta discussão. Representantes do Conselho na CISM (Comissão Intersetorial de Saúde Mental), Irma e Elisa estão presentes.

2.7. Jéssica Ribeiro

Tivemos uma reunião semana passada com o promotor Luciano e ele deu como sugestão, tentar uma reunião com o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), IPHAN e a SMS (Secretaria Municipal de Saúde) todos juntos para não gerar ruídos, o que geralmente acontece, para obter resposta concreta, incluindo as datas referentes a este processo. Para quem tem o transtorno mental, essa ausência de uma data concreta é complicada.

2.8. Matheus Pacheco Andrade

São duas questões que você apresentou que são importantes, que é do tombamento, mas tem a questão da cessão de uso e que ocorrem separadas e precisam ser consideradas as duas simultaneamente. Você tem razão em questão ao IPHAM e ao IPUF, mas tem a questão da liberação do governo do estado também. Eu acredito que uma coisa não exclui a outra e é importante correr para os dois lados.

2.9. Jéssica Ribeiro

Queremos entregar uma denúncia ao Conselho, pois nesse ano conseguimos conquistar o passe para a saúde mental e aconteceram alguns casos de negação, não apenas para o CAPS Infantil, mas também para outros setores, e peço uma atenção especial ao Conselho para verificar essas falhas de repasse.

2.10. Gerusa Machado

Pessoal como vocês viram estamos com bastante trabalho na Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis, temos o material de divulgação e peço a ajuda de vocês para a divulgação, pois só temos contato com a mídia alternativa, que muitas vezes não tem aquela penetração que precisaríamos. Nossa prioridade são as Pré-Conferências que irão ocorrer dia 12, 13 e 14 de março, juntamente com a Conferência Livre de Saúde Mental no dia 19 de março e a Conferência Livre de Saúde Bucal que será realizada no dia 21 de março. Temos outras Conferências Livres que estão em andamento, e vamos manter vocês informados.

Tivemos a Pré Conferência Sul que contou com 107 participantes no dia 20 de fevereiro. Ali foram tiradas algumas propostas para a 10ª Conferência e estamos muito felizes com o sucesso. Queremos nas próximas Conferências ultrapassar esse número e fazer mais e melhor. Já tivemos uma reunião de avaliação da Pré Conferência do Sul, onde foram apontados ajustes para melhoria e aperfeiçoamento do processo.

2.11. Marcos César Pinar

Coordenador Geral da 10ª Conferência M. de Saúde, informa que estamos ampliando a mobilização, englobando as Conferências Livres. Convida a todos para a reunião do dia 06 de março as 14h00min horas com o objetivo de ampliar a mobilização, pois agora teremos três pré-conferências uma atrás da outra e a presença de todos será muito importante, pois vamos discutir as estratégias de divulgação e distribuição dos materiais gráficos. Também estamos tentando organizar as Conferências Livres, onde já temos a de Saúde Mental e de Saúde Bucal confirmadas, e pela primeira vez nos convidaram para fazer uma Conferência de Saúde no Sistema Penitenciário. Também estamos dialogando com o movimento negro para realizar uma Conferência Livre de Saúde da População Negra e estamos nas tratativas para fazer a LGBT. A ideia é que cada Conferência tire 10 propostas as quais irão para os grupos de trabalho da 10ª Conferência Municipal de Saúde.

2.12. Donavan Bacilieri Soares

Estou muito feliz em anunciar que teremos pela primeira vez a Conferência Livre de Saúde Bucal aqui em Florianópolis, que esta sendo organizada pelo Sindicato dos Odontologistas de Santa Catarina do qual eu faço parte. Como será a primeira, gostaria de fazer um paralelo com a 8ª Conferência que talvez essa seja a primeira vez que a gente vai escutar os usuários e saber o que realmente eles querem para nossa saúde pública bucal especificamente nesse espaço de Conferência: se querem dentista na UPA, se querem mais dentistas nos Centros de Saúde, se esta faltando auxiliar, se a cadeira está quebrando toda hora, se o compressor está funcionando ou não, etc. Vamos reforçar a divulgação, inclusive um outdoor na Av. Beira Mare peço a ajuda de vocês nessa divulgação também. Será na UFSC no dia 21 de março e conto com a presença de todos.

3º Ponto de Pauta | **Informes e entrega documentos Conselhos Distritais**

3.1. Carmen Mary de Souza Souto

Hoje a gente trouxe a senhora Caroline Aquilo Uber para falar sobre a saúde tanto feminina quanto masculina na penitenciária, é muito grave o que tem acontecido e uma ponte que eu acredito que a Secretaria e o Município precisam fazer com esses problemas sociais.

3.2. Caroline Aquilo Uber

Boa tarde. Represento a Gerência Social de Saúde da Penitenciária de Florianópolis do Complexo Penitenciário da Trindade. Isso aqui é tudo muito novo, pois nunca tivemos uma

participação no Conselho, nunca nos inserimos no contexto de saúde do município e é isso que a gente busca nesse momento, buscamos uma representatividade/participação para que possamos apresentar as nossas dificuldades em relação à saúde no Complexo Penitenciário da Agrônômica. Hoje nós temos 2 mil internos, sendo 57 mulheres com a expectativa de ter 150 internas mês que vem na unidade. Temos uma Unidade de Saúde lá dentro, contendo dois médicos Clínico Geral, 1 técnico em enfermagem, 1 enfermeiro, 3 psicólogos, e 3 Cirurgiões Dentistas. Como a maioria dos Centros de Saúde, temos dificuldades e algumas demandas. Gostaríamos de conversar com o Presidente do Conselho a respeito dessa inserção do Complexo no CMS.

3.3. Carlos Alberto Justo da Silva

Sobre a participação de vocês aqui dentro do Conselho, a gente incentiva que cada vez mais pessoas venham se apoderando do CMS e fortalecendo as políticas públicas. Sejam bem vindos, estamos dispostos a fazer isso. Esta Conferência vai ajudar a sugerir ideias interessantes. Façam propostas que estamos dispostos a ajudar.

3.4. Irmã Manuela Paso Martins

Há uma dificuldade muito grande de verificar o número certo de quem está com tuberculose na penitenciária e se estão fazendo o tratamento de forma contínua. O Comitê da TB (tuberculose), quer fazer um trabalho no Complexo justamente por isso. Outro problema importante é a não distribuição do preservativo.

3.5. Marcos César Pinar

Sugere uma reunião com o pessoal que irá fazer a Conferência Livre para poder organizar como será a Conferência. Uma ressalva é que precisa ser feita antes do dia 22/03.

3.6. Carmen Mary de Souza Souto

Sobre a questão de estrutura física do Centro de Saúde do Centro, quer saber como estão os encaminhamentos.

3.7. Carlos Alberto Justo da Silva

Descobriram que há um comprometimento de estrutura no subsolo do prédio cedido pela CASAN. Agora será aberto um contrato com uma empresa baseada em fundações para saber o que precisa ser feito e dar um laudo sobre isso.

3.8. Zeli Sabino Delfino

Questiona sobre o terreno para a construção da unidade de saúde de Jurerê.

3.9. Carlos Alberto Justo da Silva

Estamos esperando o parecer para construir nossa unidade de saúde de Jurerê, pois apenas a FLORAM (Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis) deu um parecer favorável e o ICMBio (Sede da ICMBio Marinha do Arvoredo) disse que não irá aceitar. Estamos em uma briga para que isso se resolva logo, pois cada órgão diz uma coisa.

3.10. Valter Euclides das Chagas

Com relação ao Conselho Local do Rio Tavares, gostaria de entregar em mãos uma denúncia e queria ter o seu retorno.

3.11. Carlos Alberto Justo da Silva

Agradeço, vamos observar isso e iremos retornar vocês.

3.12. Bonifácio Clemente

Nossa demanda principal é que estamos sem dentistas, e referente à demanda espaço físico que o senhor nos informou que ha possibilidade de ocuparmos o prédio do antigo CEC, atual CCFV (Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Itacorubi), ligado a Secretaria Municipal de Assistência Social. E queremos saber como anda o andamento disso.

3.13. Carlos Alberto Justo da Silva

Estamos procurando um espaço para alugar e estamos nessa luta para ampliar o CS Itacorubi.

3.14. Elisa Rita Ferreira de Andrade

Quando começa a funcionar o CAPS III ?

3.15. Carlos Alberto Justo da Silva

Tudo já está formalizado para desencadear o processo, a estrutura já esta pronta para funcionar, só faltam os profissionais.

4º Ponto de Pauta | **Apresentação da Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2018**

4.1. Daniela Baumgart de Liz Caldeiron

Estou aqui em nome de toda a equipe técnica. Lembrando que a prestação de contas é quadrimestral, prevista pela Lei 141 de 2012, então é um requisito legal importante de monitoramento da execução das ações que estavam previstas no ano, assim como as auditorias realizadas e também o recurso orçamentário financeiro, aqui no caso do quadrimestre.

4.2. Shayane D. dos Santos

Apresentou sobre as auditorias finalizadas no 3º quadrimestre de 2018 conforme segue na íntegra no anexo I. No ultimo quadrimestre de 2018 tínhamos auditorias internas em andamento, nas quais fiscalizamos os repasses de recursos do Ministério da Saúde desde 2005 até 2017, para verificar se não houve falha. Auditoria também da Secretaria na Policlínica Continente, em dezembro estava em fase analítica, foi aberta no ultimo quadrimestre também auditoria 51 também interna da Secretaria na farmácia da Policlínica Continente, com o objetivo de verificar o controle de estoque de medicamentos.

As Auditorias que foram finalizadas: auditoria no Hospital de Caridade com o objetivo de verificar a utilização dos materiais especiais. Foi feita uma Auditoria também no laboratório diagnostico, durante o processo se mostraram muito solícitos para resolver as não conformidades que tinham sido apontadas.

4.3. Daniela Baumgart de Liz Caldeiron

Proseguiu a apresentação falando sobre o monitoramento da Programação Anual de Saúde-PAS 2018 produção e oferta de serviços, em seguida apresentou as metas alcançadas pela Diretoria de Inteligência em Saúde conforme segue na íntegra na apresentação (anexo I).

4.4. Sandra Regina da Costa

Apresentou as metas alcançadas pela Diretoria de Atenção em Saúde.

4.5. Leonardo Ventura

Apresentou as metas alcançadas pela Diretoria de vigilância em saúde, destacando as áreas em Vigilância Ambiental e Promoção da Saúde, Centro de Controle de Zoonoses, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, conforme segue na apresentação (anexo I).

4.6. Daniela Baumgart de Liz Caldeiron

Retomou a apresentação falando sobre as metas alcançadas pelo Bem Estar animal em 2018(anexo I).

4.7. Evelyn Cremonese

Apresentou as metas alcançadas pela Escola de Saúde Pública (anexo I).

4.8. Daniela Baumgart de Liz Caldeiron

Voltou a apresentar as metas desta vez, as referentes ao setor administrativo-financeiro, ressaltando as referentes aos Recursos Humanos e Assessoria de Infraestrutura (anexo I).

4.9. Elisa Rita Ferreira de Andrade

Sugere que a Pauta chegue aos Conselheiros com antecedência para que seja possível fazer a leitura, estudar para que na reunião seja possível fazer complementos e ajustes. Retomando a

pauta, questiona sobre a capacitação dos médicos na investigação das causas dos óbitos no município.

4.10. Edna Maria Niero

A Vigilância em Saúde do Trabalhador ligada à Diretoria de Vigilância em Saúde está prevendo a partir do dia 12 e 13 de março uma capacitação em saúde do trabalhador para os profissionais da rede municipal de saúde, desta vez nosso público alvo será médicos, enfermeiros, assistentes sociais e residentes em medicina de família e comunidade. O grande objetivo desta capacitação será o estabelecimento de nexos causais entre doenças, acidentes de trabalho e atividade laboral. A rede tem demandas e é em cima dessas demandas que iremos discutir. E em breve teremos outro grupo de capacitação com outros profissionais de saúde.

4.11. Donovan Bacilieri Soares

Questiona sobre metas atingidas em relação à saúde bucal.

4.12. Sandra Regina da Costa

Informa que não tem processo seletivo para cirurgião dentista, mas que no concurso público está programado para ter e que no processo seletivo tem a contratação dos ACD's (auxiliar de consultório dentário). E que existem outros assuntos do qual as metas foram atingidas como o contrato da prótese, com a contratação de mais um técnico de prótese dentária e detalha mais algumas das conquistas.

4.13. Leonilda Delourdes Gonçalves

Ficou com dúvidas sobre a apresentação de metas alcançadas em 2018 e questiona como irá funcionar a consulta do Alô Doutor que será feita também via WhatsApp, pois não consegue entender como irá funcionar a fila de espera para esses atendimentos.

4.14. Daniela Baumgart de Liz Caldeiron

Em relação às metas diz que se pegarem o documento completo da Programação Anual de Saúde (PAS), terão a relação das diretrizes, objetivos e metas. Acredita que tem como aprofundar mais sobre o ponto apresentado e que muitos desses pontos foram discutidos e aprofundados na Câmara Técnica, e que foi solicitado ter uma pauta na reunião para essa questão da Fila de Espera, pois realmente gerou muitas dúvidas.

4.15. Carlos Alberto Justo da Silva

Tanto o WhatsApp quanto o "Alô Doutor" serão meios que irão facilitar a comunicação, mas as consultas não serão feitas pelo WhatsApp. A ideia é que a pessoa não precise sair de casa para marcar consulta ou pedir informações.

4.16. Josimari Telino

Reforça a importância de entender o não cumprimento das metas propostas, e principalmente o quanto o não cumprimento impacta nos objetivos alcançados.

4.17. Daniela Baumgart de Liz Caldeiron

Sugere incluir as metas não alcançadas e suas justificativas para a próxima reunião.

4.18. Maria Helena Possas Feitosa

Sugere que nos relatórios estejam inclusos o significado das siglas.

4.19. Carlos Alberto Justo da Silva

Encaminhamento: refazer a apresentação com o significado das siglas, e após reenviar a todos os Conselheiros.

4.20. Elisa Rita Ferreira de Andrade

Solicita que o Conselho faça um esclarecimento à Secretaria de Administração acerca da CI que consta que Psicólogos emitem Atestados Médicos.

4.21. Janaina Conceição Deitos

Sugere que o debate seja antes da apresentação do Luciano, devido ao tempo restante de reunião, e ao fato de alguns Conselheiros já estarem ausentes. Sugere também discutir a possibilidade de fazer uma reunião extraordinária para discutir os pontos restantes da pauta.

4.22. Gerusa Machado

Fez a contagem dos Conselheiros ainda Presentes.

4.23. Luciano Fernando Elias

Luciano se apresenta como assessor de Orçamento do Fundo Municipal de Saúde. Iniciando a apresentação da prestação de contas pela estrutura do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, que obtém uma estrutura de cascata, que será apresentada rapidamente, pois a maioria dos conselheiros já conhecem. O orçamento é estruturado em um só órgão que é o Fundo Municipal de Saúde, contendo um orçamento específico dentro da Prefeitura, esse órgão é subdividido em diversas unidades, que são as unidades condizentes com os antigos Blocos de Financiamento do Ministério de Saúde, hoje chamado de grupos de financiamento. Dentro de cada unidade nós temos os projetos e/ou atividades, projetos são todos aqueles que têm começo, meio e fim, por exemplo, uma obra. E as atividades são aquelas ações contínuas, por exemplo, folha de pagamento. Dentro dos projetos e atividades podemos executar a despesa e rubricas definidas pelo Tesouro Nacional e as fontes de recurso, que são as que vamos pagar a despesa. São três esferas de recursos, Nacional, Estadual e Municipal. As unidades são: 01 – despesas que não são consideradas ações em serviço público em saúde, basicamente as despesas do Bem Estar Animal. Do Bloco 02 ao 06 é a mesma nomenclatura utilizada pelo Ministério da Saúde. Então o Bloco 02 é da Atenção Básica, 03 despesas da Média e Alta Complexidade, 04 despesas da Vigilância em Saúde, 05 despesas da Assistência Farmacêutica, 06 das despesas da Gestão do SUS. Existe ainda outro grupo criado pelo Ministério de Saúde, que é o de investimento, que nós não temos aqui, já que todo o investimento nós conseguimos encaixar em um desses Blocos. Existem algumas despesas que estão diminuindo ao longo do tempo, mas ainda existem, são despesas que não conseguimos enquadrar dentro desses Blocos, por exemplo, a reparação de um *software*.

Para começarmos a falar do exercício de 2018, temos que compreender como fechamos o exercício de 2017, no anexo tem uma relação de todas as fontes de recurso, os que têm a sigla (SUS) são os de recurso Federal. A fonte 030 – Secretaria do Estado - são os recursos repassados pelo Estado, destinados especificamente para o Fundo Municipal de Saúde, depois a fonte de recurso 0042 diretamente arrecadado, nós temos duas fontes de recursos do próprio Fundo Municipal de Saúde, uma delas são os recursos que vem pelas autuações da Vigilância, quando o estabelecimento faz o pagamento dessa auto ação de Vigilância entra nessa conta 0042. Seguindo, nós temos a Fonte de recurso 050, ela não foi utilizada nem em 2017 nem em 2018, ela entra no orçamento porque existe a possibilidade de firmar um novo convênio com o Ministério, sendo que ele não vai repassar o recurso dentro dessas modalidades, então quando firmamos um convênio com o Ministério e não entra em nenhuma dessas modalidades, nós enquadramos nessa Fonte 050. Por fim a Fonte de recurso 80 ou 82 é tudo aquilo que a Prefeitura repassa para o Fundo, é o recurso próprio o mais comentado e mais precioso também.

A segunda coluna é o Saldo Financeiro de 2017, ou seja, é tudo aquilo que nós tínhamos na nossa conta bancária, o que tinha de dinheiro nas contas do Fundo Municipal de Saúde, nenhuma delas está zerada, então nós tínhamos um superávit de R\$ 41.300,00 (Quarenta e um milhões e trezentos mil) no final de 2017. A despesa pública tem três estágios empenho, liquidação e pagamento. Empenho é o contato com o fornecedor para que ele execute o serviço ou entregue o material, por exemplo, quando vamos comprar um medicamento, fazemos contato com o fornecedor e solicitamos que ele entregue o medicamento, encaminhamos pra ele uma nota de empenho, quase que um contrato, garantindo que se ele prestar o serviço ou entregar o material como solicitado terá seu pagamento efetuado. O segundo estágio é a liquidação, ou seja, é a verificação de que o serviço que foi feito ou o material entregue está em conformidade com aquilo que foi solicitado. Então primeiro eu contrato ele, através da nota de empenho, ele presta o serviço, eu verifico o serviço, está tudo

certo no serviço, então eu liquido a nota dele. Depois que é liquidado o serviço, temos o tempo de trinta dias para efetuar o terceiro estágio, que é o pagamento em si.

Existem despesas que começam em 2017, ou seja, fizemos o contato com o fornecedor em 2017, mas não foi pago em 2017, como estavam no processo, essas despesas migram para 2018, com a nomenclatura restos a pagar. E apesar de termos os 41 milhões na conta, nós devíamos, mediante a execução do serviço, 27 milhões. A contraposição dos dois, o que eu tinha de saldo nas contas, menos o que eu devia, fechou a conta de 2017 com o superávit de 14 milhões. Existe um porém, que foi apresentado ao Conselho na Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2017, que são os valores que estão em vermelho, dos 16 milhões que ficou de 2017 para 2018, 12 milhões correspondem a Previdência do segundo semestre de 2017. Em 2017, foi encaminhada para a Câmara uma solicitação de parcelamento do fundo de previdência de todo o ano de 2017, o Legislativo aprovou o parcelamento, e o parcelamento foi executado do primeiro semestre, ainda está em tramite o parcelamento do segundo semestre, enquanto não iniciarmos o parcelamento do segundo semestre ele vai aparecer como se fosse uma dívida, é uma dívida que já tem um encaminhamento, deve ser excluído do sistema.

Assim iniciamos 2018, com um superávit em quase todas as fontes, e um déficit de R\$9 milhões na fonte 082. Tudo que se tinha no final de 2017 mais o que se arrecadou em 2018 e reduzindo o que foi gasto em 2018, fechamos com um déficit de aproximadamente R\$2 milhões. Frisando de novo, por que este déficit? Temos muita coisa para estornar, de restos a pagar desde 2017, os R\$12 milhões de Previdência, e os restos a pagar de 2018.

Pela exigência da Lei Complementar 141, temos que apresentar como iniciou o orçamento em 2018 e como terminou. Nós iniciamos o orçamento com R\$361.500.000 (trezentos e sessenta e um milhões e quinhentos mil reais) e terminou R\$384.500.000 (trezentos e oitenta e quatro milhões e quinhentos mil reais). Por que esse aumento tão grande? Existem dois motivos: primeiro nós tivemos excesso de arrecadação ano passado, ou seja, a receita foi um pouco maior do que estavam prevendo no início de 2018. Se aumentar a arrecadação da Prefeitura consequentemente aumenta o valor repassado para o Fundo Municipal de saúde. Então no orçamento inicial de recursos próprio de transferência da Prefeitura era de R\$218.000.000 (duzentos e dezoito milhões de reais) e aumentou um pouquinho para R\$220.000.000 (duzentos e vinte milhões de reais); segundo motivo é o seguinte, tudo aquilo que sobrou de 2017 eu vou acrescentar no orçamento de 2018. Outra exigência da Lei complementar 141 é demonstrar a vocês a diferença entre os valores empenhados, liquidados e pagos. Aqui fica bem claro aquilo que comentei dos restos a pagar, daqueles fornecedores que a gente fez a solicitação, mas o serviço não foi executado ou não foi executado da forma que nós havíamos solicitado. Vocês podem observar que a diferença entre os valores empenhados e liquidados é grande, aproximadamente R\$21.000.000 (vinte e um milhões de reais), então nós empenhamos em 2018, ou seja, nós fizemos contatos com fornecedores e solicitamos um total de serviços/entrega de materiais no valor de R\$338.000.000 (trezentos e trinta e oito milhões de reais) aproximadamente e foi entregue e verificado um valor de R\$317.000.000 (trezentos e dezessete milhões de reais). Nossa fonte de recurso mais abundante é a transferência da Prefeitura com 68%, já 14% foi com recurso que veio do Ministério para o Bloco de Media e Alta Complexidade, e 12% foi de recurso do Ministério para o Bloco da Atenção Básica e as outras fontes de recurso são valores não tão expressivos.

4.24. Carlos Alberto Justo da Silva

O Governo Federal arrecada 60% dos recursos de Saúde, o Estado fica com 15% e repassam para nós. Um repassa 1% e o outro repassa mais ou menos 30%. Esse país gasta 1.4% do PIB (Produto Interno Bruto), há muitos anos na saúde. Isso acontece nos últimos 20 anos. Mas deveria bancar 68% da saúde.

4.25. Luciano Fernando Elias

Tem dois pontos que eu precisava frisar e acabei esquecendo. Um deles é um comparativo que é bastante comum os conselheiros analisarem e verificarem o resultado comparativo, e acham que tem algum erro, é o seguinte: comparam o que nós recebemos do Estado com o que a nossa Vigilância arrecadou através das autuações. Nós recebemos do Estado aproximadamente R\$2.000.000 (dois milhões de reais) e a nossa Vigilância arrecadou com autuações R\$6.000.000 (seis milhões de reais), conseguimos arrecadar diretamente três vezes mais o que nós recebemos do Estado. Então isso evidencia o que o Professor Paraná comentou. O outro ponto que é importante, é que existem dois tipos de déficit, um deles é o déficit orçamentário que é exatamente o que estou apresentando para vocês, ele considera tudo que nós arrecadamos menos o que nós empenhamos e aí chega num déficit chamado orçamentário, ele é uma previsão de possibilidade, é a visão mais pessimista possível. O outro déficit é chamado de financeiro que é quando de fato não temos como pagar tudo aquilo que já foi executado. Seguindo aqui uma solicitação do Conselho, é uma relação dos valores empenhados em cada um dos projetos e atividades, então separamos por unidade. Nós empenhamos R\$795.000 (setecentos e noventa e cinco mil reais), na Atenção Básica nos tivemos construções, ampliações, reformas, RH, despesas com a folha, aquisição de materiais, prestação de serviço conforme demonstrado na tabela (Anexo I). De todas as despesas que tivemos na saúde 39% foi na Atenção Básica que é nosso “carro chefe”, 35% com a Média e Alta Complexidade, 11% com a Vigilância em Saúde e 11% com a Gestão e Estruturação do SUS, 3% com a Assistência Farmacêutica, 1% com o Bloco de Recursos Transversais, e por fim, as despesas que não se enquadram no serviço público de saúde não chega nem a 1%.

Outra solicitação do CMS é que olhemos para dentro de cada atividade orçamentária e como se comportou as despesas, na Atenção Primária 66% com o recurso próprio, 31% com o recurso do Ministério, 2% com o recurso do Estado e o restante com o recurso de investimento. Na Média e Alta Complexidade 56% com o recurso próprio e 44% de recurso do Ministério da Saúde. Na Vigilância em Saúde 89% foi de recurso próprio e 11% recurso do Ministério. Na Assistência Farmacêutica teoricamente teríamos que ter a Tripartite, porém, não é assim que acontece. 53% foi do recurso da Média e Alta Complexidade, fazendo um adendo, o recurso próprio para o Fundo Municipal é primordial, pois, não é um recurso engessado. Já os recursos que vem do Ministério e do Estado são os recursos “carimbados” eles já têm uma despesa específica. Então na Assistência Farmacêutica é preciso identificar todo o medicamento que foi utilizado dentro da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade, para utilizar recurso das mesmas. 18% com o recurso do Estado e 29% com recurso do Ministério. Gestão e Estruturação do SUS 90% com recurso próprio, 7% com recurso do Ministério e 3% com recurso do Ministério para investimento. A fonte de recursos Transversais é um recurso que não consigo enquadrar em nenhum dos Blocos.

Essa solicitação foi feita pela CAOF e a Câmara técnica que nós apresentássemos os valores repassados, e os valores previstos de repasse da Prefeitura para o Fundo Municipal de Saúde previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). O valor previsto como meta na LOA 2018 um repasse de 19% de tudo que foi arrecadado através da receita restante de impostos. Então os 19% corresponderia a 221 milhões, mas pensando num repasse linear seria esses valores (Anexo I) que seriam repassados mês a mês, com exceção de Dezembro que o valor é maior que se incide na folha de pagamento mais o décimo terceiro, então seria uma média de 17.700,000 (Dezessete milhões e setecentos mil). Os valores executados ficaram abaixo do que estava previsto somando um déficit de R\$ 8 000 000,00 (oito milhões).

Não houve repasse de dinheiro no início do ano, especificamente em janeiro, pois estes estão atrelados a execução da folha de pagamento. Dois dias, anterior ao ser realizado o pagamento dos servidores, é recebido o repasse da Prefeitura, da Secretaria da Fazenda para o Fundo Municipal da Saúde, como no mês de janeiro não foi disposta a folha, essa caiu para o segundo dia útil do mês posterior, assim, o repasse aconteceu apenas no segundo dia útil do mês de fevereiro, consecutivamente também nos meses seguintes, até o mês de Dezembro que obtiveram três folhas. No início do mês de Dezembro recebemos o equivalente a folha de

pagamento de Novembro; no final do mês, a de dezembro, dada a não possibilidade de transpor um exercício anualmente a outro; e, por último a folha de pagamento do Décimo terceiro salário, o que aumenta o repasse nesse mês. É uma reivindicação da Câmara Técnica e do Conselho Municipal de Saúde que tenha uma sistematização do repasse financeiro da Secretaria da Fazenda para o Fundo Municipal da Saúde, nessa Prestação de Contas faltou o esclarecimento do percentual aplicado em saúde, não é uma exigência obrigatória, contudo é trazida para o Conselho. Isso ocorreu dado ao atraso da Prefeitura para fechar o exercício de 2018, a mesma obteve diversos problemas contábeis, principalmente direcionados ao software utilizado na contabilidade, que é o sistema Delta. Então, na semana passada a Prefeitura concluiu seus lançamentos contábeis e fechou o exercício 2018, ou seja, lançou todos os dados de receita, despesas, e assim por diante. Nessa semana a Secretaria está preenchendo o SIOPS, para quem não conhece, é o Sistema de Informações de Orçamento Público em Saúde, quer o dado fidedigno do percentual aplicado, por isso não seria prudente trazer uma previsão do percentual, já que o sistema está sendo preenchido e o prazo vai até sexta-feira. Ainda nesse ponto, o SIOPS pela Legislação deve ser preenchido todo bimestre até o dia 30, sendo o mais importante o do sexto bimestre. A lei dá um prazo até o dia 30 de janeiro, porém como nesse mês a Prefeitura não havia fechado as contas, não foi enviado o SIOPS, o Ministério da Saúde mandou uma notificação dando um prazo até dia 2 de março, esse sábado, então até sexta-feira o SIOPS deve ser todo digitado, encaminhado e homologado, e na Câmara de Vereadores já deve ser apresentado o valor sendo a última parte da prestação de contas.

4.26. Carlos Alberto Justo da Silva

Quero esclarecer a vocês, que não é só o Delta o problema, nós mesmos secretários temos discordâncias. O Governo Federal para poder apresentar as contas no início do ano fecha o sistema dia 10 de dezembro, até a data, quem não fez os lançamentos, não têm mais a possibilidade. Contudo tem-se o mês de dezembro inteiro pela frente, foi forçado o sistema praticamente até Janeiro a não fechar para continuar os lançamentos. Como tom de reclamação para a Secretaria da Fazenda, foi questionado como é que não conseguiram fechar as contas e depois inclusive abrir o outro ano fiscal, de forma mais ágil. A resposta deles foi correta, “é fácil conseguirmos dar conta do nosso trabalho, se vocês fecharem o sistema no início do mês de dezembro, que daria tempo para fazer todas as anotações da consolidação do mês e apresentá-las para vocês no mês de Janeiro”. Nós discordamos, pois no final do ano sempre há demandas que precisam ser concluídas, e queremos o sistema aberto para dar continuidade e finalizar tais atividades. Então, é uma briga entre a atividade meio e a atividade fim, para a Fazenda o ideal seria que na metade do mês de outubro não se compre mais nada, assim eles conseguem realizar a parte burocrática dentro do prazo, contudo esse movimento impossibilitaria as efetivações dos meses de Novembro e Dezembro. A culpa não é apenas do Delta, na verdade devemos começar individualmente pegando a parte do latifúndio e começar a dizer, é claro que também tem uma situação, na qual dizemos à Fazenda que se nos liberar esses quantitativos orçamentários mês a mês, conseguiremos nos antecipar para fazer compras que só conseguimos no final do mês, todo mundo tem um pouco de culpa nesse latifúndio. O Prefeito toda reunião pergunta, “porque não fecharam ainda as contas, qual foi o Fundo que não prestou conta”? Enquanto não fecha, os contadores não têm a possibilidade de iniciar a parte técnica. Então a gente está procurando um culpado nesse negócio todo ou achando que há um culpado por detrás disso, ou ficamos culpando o sistema. Na verdade, é uma culpa generalizada e de todos os prestadores de serviço que querem usar os Fundos até o último dia para poderem realizar suas demandas.

4.27. Luciano Fernando Elias

Quando falamos “a Prefeitura” é toda a Administração Direta e Indireta, não é uma instituição só e sim um aglomerado de instituições, então a Prefeitura depende que o Fundo Municipal de Saúde feche suas contas, que o Fundo de Educação feche suas contas e que a COMCAP feche suas contas, se uma delas atrasar a Prefeitura não consegue fazer isso. É exatamente isso que o Secretário estava dizendo. Ao mesmo tempo existe a seguinte situação, nós já fechamos as

nossas contas e vamos dizer, por exemplo, que a COMCAP não fez isso ainda, e no dia seguinte eles fecham as contas, aí nós já não podemos mais, pois chega uma carta judicial. É bem dissolvido por todo âmbito da Prefeitura a culpa pelo atraso do fechamento dessas contas.

4.28. Adélio José da Costa

O Estado ficou devendo esse repasse, o que acontece? É contabilizado isso e cobrado depois?

4.29. Carlos Alberto Justo da Silva

O Estado deve R\$800.000.000 (oitocentos milhões de reais), disso R\$280.000.000 (duzentos e oitenta milhões de reais) seria para as Prefeituras, ou seja, elas não receberam esse dinheiro. Foi colocado na justiça se eles devem ou não pagar, e o Juiz disse que não. Eles conseguiram aprovar numa CIB (Comissão Intergestores Bipartite), a redução do dinheiro também no Conselho Estadual de Saúde, e que uma parte será repassada para a Atenção Primária, o município entrou com uma ação judicial recusando isso, eles recorreram, e enquanto estão recorrendo, bloquearam todos os repasses. Não repassaram a diferença nem o recurso. Hoje o Estado não está muito diferente de quando entrei na Secretaria, já estavam com demandas atrasadas e sem acerto com a população. Há uma discussão sobre o ressarcimento dessa verba não repassada, contudo dado o processo de judicialização essa demanda pode demorar até 30 anos.

4.30. João Henrique Pereira

O valor orçado como dito foi de R\$221.000.000,00 (duzentos e vinte e um milhões de reais), esse valor equivaleria a 19% no início como você disse que não fecharam a conta, não teriam como repassar o valor. Por que a questão do 19% ficou pendente?

4.31. Carlos Alberto Justo da Silva

Esse assunto é uma fonte permanente de discussão. A lei diz que o percentual que irão apresentar é sobre o empenhado, quando você vê a Prestação de Contas da Fazenda, ela é completamente diferente da que utilizamos. A lei diz que a Prestação é sobre o empenhado, e queremos saber sobre o liquidado. A Fazenda então apresenta na Câmara de Vereadores a determinação legal, no caso o percentual de recursos que foi empenhado. Na apresentação de Prestação de Contas anterior essa informação foi visto por alguns como mentira, não sabiam se a informação falsa era do Luciano ou do outro apresentador.

4.32. Luciano Fernando Elias

Sim, na apresentação de Prestação de Contas da Prefeitura feita pelo Edson Ventura técnico da Secretaria da Fazenda. Na realidade nenhum estava, o que aconteceu é que os cálculos eram diferentes. Na verdade é tentado resumir a execução do cálculo como sendo receita contra despesa empenhada, contudo inclui-se também verificação de valor financeiro na conta, verificação de possibilidade de pagamento, restos a pagar, então possuem diversos detalhes que impossibilitam a conclusão de um cálculo mais preciso na Prestação de Contas. Frisando também, como o próprio secretário comentou, em Janeiro de 2019 ainda estava sendo empenhado como se fosse 2018, pois a nossa despesa ainda não havia sido computada, como não foi fechado o ano de 2018, conseqüentemente não abriram o ano de 2019.

4.33. João Henrique Pereira

Eu falo isso, pois fica prejudicada a avaliação, foi esclarecida a previsão de 2019, porém sem o esclarecimento de fato do que foi aplicado. Como foi executado menos, não sabemos o quanto que fechou, nem a porcentagem disso.

4.34. Luciano Fernando Elias

Exatamente isso, na tabela exposta contém a informação exata desse apontamento. Consegue-se observar, por mais que haja tido um aumento na arrecadação, e conseqüente o aumentado valor a ser repassado para a saúde, esse que não foi cumprido, diminuindo o percentual aplicado em saúde diminui. A previsão é que fique muito próximo ao valor fechado no ano passado, aproximadamente 18%. É uma informação não formal, por isso não vai ser colocada na apresentação, pois não é um dado fechado.

4.35. Carlos Alberto Justo da Silva

De maneira resumida, para a Secretaria em algumas situações há uma diferença mínima. O valor disponível para usar esse ano foi maior que o valor passado. Então o percentual é o mesmo, mas os recursos absolutos em tese foram maiores. Vamos ter que brigar pelos 19%, todos concordam com isso, e a batalha vai continuar para haver uma distribuição a cada mês mais adequada. Já foi tentado colocar isso como Projeto de Lei na gestão passada, contudo não foi aprovado, não é um problema daqui, e sim dos governos Municipais, Estaduais e o Federal, que querem cada vez mais desvincular as contas públicas, pelo interesse de manusear de acordo com o movimento. Isso de alguma maneira pode ser interessante para gestão pública, contudo para nós que temos o compromisso de atender as demandas, necessitamos de fidelidade mensal do recurso que será repassado. De acordo com a lei, o município é obrigado a repassar 15% para gastos da Secretaria, nós estamos de acordo com essa, contudo a LOAS sendo uma previsão orçamentária, previa 19%, podendo aumentar ou diminuir, não sendo obrigatório.

4.36. Luciano Fernando Elias

A palavra chave da LOA é meta, ela prevê uma meta de 19%, não sendo uma obrigação para a Prefeitura passar esse valor completo, e sim uma estipulação.

4.37. João Paulo Silvano Silvestre

O secretário fez uma observação que me contempla que é a injustiça sobre o Pacto Federativo. Nós temos um sistema tributário que faz com que a situação dos municípios, principalmente quanto a saúde seja injusta. Mas temos alguns problemas dentro do Conselho que são enfrentados e confrontados com o que é a política municipal. Contudo não podemos esquecer que vivemos em um País e Estado que utiliza o fundo público através de uma manobra contábil com a finalidade de clientelismo para se eleger nas eleições, nós criticamos o Prefeito por fazer parte desse partido que até então estava na gestão do governo (PMDB), temos 9 deputados estaduais na ALESC (Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina), então temos que responsabilizarmos politicamente para todos saberem o que realmente acontece com grande parte do fundo público que não é repassado. Sei que não é a Secretaria que define isso, sendo assim não estou acusando-a de ter responsabilidade direta, contudo temos que insistir nisso como pauta no nosso Conselho, se considerarmos que o primeiro mês de execução é Fevereiro, não Janeiro, a gente conta até Julho para não contar o meio do ano, até esse mês R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), pouco mais de 30, 35% do executado no ano todo, correndo atrás do prejuízo no final do ano novamente. Então é necessário fazer essa cobrança sim, pois não há sentido, em um município que arrecada 70, 80 % do dinheiro do IPTU no começo do ano, garantir o repasse apenas no final do ano, que é o que vimos acompanhando nos últimos anos, não havendo justificativa para tal contingência se o dinheiro já foi arrecadado. Em relação ao percentual, no ano passado na realidade foram 16.7%, não 18%, pois nesse cálculo que foi 18.01. Tem que olhar pra esses números com cuidado, e não devemos fechar a aprovação hoje. Sugiro fazer uma reunião extraordinária para que possamos terminar de discutir sobre isso e as demais pautas.

4.38. Janaina Conceição Deitos

Em relação à questão municipal fiquei pensando que a gente tem travado essa luta há muito tempo aqui nesse Conselho, e vejam que ao longo desse tempo nunca tivemos uma discussão, quero dizer tivemos discussões sobre como o trabalho da equipe técnica, dos diretores, é sempre um trabalho que vai para frente, não há contradição em relação a essa condição. A primeira contradição que tivemos foi sobre o almoxarifado ser terceirizado, pois nós não temos problemas de distribuição. Nessa questão das contas, concordo que o que está na Lei é 15%, mas a Lei é letra morta, isso foi em 88/89, passou mais de vinte anos. Então realmente a legalidade é 15%, mas a realidade exige mais. Tanto que já foi mais. Foi publicada uma avaliação dos investimentos das principais cidades de Santa Catarina em 2013 e 2017 e nós caímos em 4.72%. Então é lógico que se pegarmos o que era a Secretaria Municipal de Saúde em 88, vocês irão ver que os 15% dava conta, agora ele é insuficiente. Temos que honrar nossa luta e exigir nossos direitos.

4.39. Carmen Mary de Souza Souto

Gostaria de pedir aos técnicos e ao Luciano, se vocês acham que esses 17% de 2018 sanou a dificuldade da realidade da população nos Centros de Saúde ou na própria Secretaria na parte administrativa? Os projetos e as metas são maravilhosos, mas não estão sendo atingidos, por quê? Porque a execução bate com o financeiro. Penso que para atingir um planejamento, projeto e suas metas é preciso do financeiro.

4.40. Carlos Alberto Justo da Silva

Propõe fazer uma reunião extraordinária para a discussão dos pontos que faltaram na pauta e continuar o debate sobre o financeiro. A equipe da Secretária Municipal de Saúde vem se instrumentando cada vez mais para responder a esta questão da eficácia e eficiência do gasto. O que temos que ver é que estamos tentando fazer o melhor possível com o dinheiro que temos. Deve-se preocupar com o resultado da aplicação. Questiona se todos concordam em fazer uma nova reunião para discutir melhor sobre o orçamento.

4.41. Gerusa Machado

Questiona se todos concordam que a reunião extraordinária aconteça no dia 15 de março.

4.42. Carlos Alberto Justo da Silva

Convida a todos para a inauguração da UPA Continente. Informa também que em virtude de tudo que aconteceu em relação ao Almoarifado o Prefeito tomou a decisão de fazer a ruptura do contrato, estão levando as coisas para outro lugar e terá uma instabilidade na rede durante algumas semanas devido a isto a partir do dia 11.

4.43. Wallace Fernando Cordeiro

Deseja saber se houve denúncias com relação a essas estocagens, verificar junto a Vigilância se houve fiscalização.

4.44. Carlos Alberto Justo da Silva

A nossa vigilância acompanhou, mas quem fez a interdição e encaminhou tudo foi a Vigilância Sanitária de São José. Em seguida, encerra a reunião.

5º Ponto de Pauta | **Sugestões de pauta para a sessão extraordinária de 15 de março de 2019**

5.1. Carlos Alberto Justo da Silva

O presidente sugeriu a transferência da pauta prevista para esta reunião para a próxima plenária, sendo os pontos referentes a: informes e entrega documentos conselhos distritais; relato da visita ao almoarifado; situação da dengue no Município; informes da 10ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis; e informes gerais.

Glossário de Siglas e Abreviaturas

ACS	Agente Comunitário de Saúde
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CAOF	Comissão de Acompanhamento de Orçamento e Finanças
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CASAN	Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CCZ	Centro de Controle de Zoonoses
CDS	Conselho Distrital de Saúde
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CLS	Conselho Local de Saúde
CMS	Conselho Municipal de Saúde
COAP	Contrato Organizativo de Ação Pública na Área da Saúde
COMCAP	Companhia de Melhoramentos da Capital
CS	Centro de Saúde
CT	Câmara Técnica
DAS	Diretoria de Atenção a Saúde
DIBEA	Diretoria de Bem Estar Animal
DNCI	Doenças de Notificação Compulsória Imediata
DVS	Diretoria Vigilância em Saúde
ESP	Escola de Saúde Pública
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente
ICMBio	Intituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAMUF	Laboratório de Saúde Pública
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MIF	Mulheres em Idade Fértil
NASFS	Núcleos Ampliados de Saúde da Família
ONGs	Organizações Não Governamentais
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
RECCO	Rede de Comunicação dos Conselhos Locais de Saúde
RH	Recursos Humanos
REMUME	Relação Municipal de Medicamentos
SAMU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência e Emergência
SARGSUS	Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório de Gestão
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SISREG	Sistema de Regulação
SISVISA	Sistema de Controle da Vigilância Sanitária
SMS	Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis
TRELLO	Sistema de Monitoramento e Planejamento
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
UDM	Unidade Dispensadora de Medicamentos
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UPA	Unidade de Pronto Atendimento